



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO  
Rua XV de Novembro, 1299, - Bairro Centro, Curitiba/PR, CEP 80060-000  
Telefone: (41) 3360-5000 - <http://www.ufpr.br/>

## ATA DE REUNIÃO

**Ata da reunião extraordinária da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Paraná. Aos sete dias do mês de dezembro de 2023, às 9h00, reuniu-se a Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Paraná (CPA),** sob a presidência do servidor Rogério de Jesus Hultmann. Foram registradas as presenças de: Aleksandra Marcela Piasecka Till, Aline Aragão Barbosa, Andreia Isaac, Ayumi Nakaba, Fabiano Montiani Ferreira, Harumi Otaguro, Jean Ricardo Vianna Hinkel, Katya Naliwaiko, Lucas Henrique Goncalves, Luciola Thais Baldan, Marcelo de Meira Santos Lima, Maria Tereza Carneiro Soares, Maria Tereza Carneiro Soares, Miriam Nimitz, Raquel Rangel de Meireles Guimaraes, Renato Ramos, Salette A Franco Miyake, Suzane Raquel Guerra Santos e Tatiele Estefani Schonholzer. Justificaram a ausência: Ana Lorena de Oliveira Bruel, Dafne Wandressa Salvador, José Elmer Feger, José Roberto Frega e Roberta Antunes. O Presidente abriu a sessão cumprimentando aos presentes e passou a **ORDEM DO DIA: 1)** Proposta de vinculação das pesquisas discentes a um evento acadêmico ou ao sistema acadêmico. O Presidente passou a palavra para mim, Salette Miyake, que relembrei brevemente a motivação da pauta dessa sessão, ressaltando os pedidos que temos recebido ao longo dos anos de coordenadores e professores, que nos pedem para promover a vinculação das pesquisas discentes às matrículas, especificamente, indicando que este procedimento seria o mais profícuo para que alcancemos um percentual adequado de participação dos alunos, e tenhamos condições e promover melhorias nos cursos e responder aos processos de regulação. Em 2019 a CPA em reunião com o Fórum de Coordenadores se comprometeu a buscar as condições necessárias para implantação desses procedimentos, visto que não dispúnhamos de um sistema de avaliação que nos permitisse atrelar as pesquisas às matrículas naquela ocasião, atualmente, o Sistema de Avaliação Institucional está finalmente em desenvolvimento e, futuramente, será possível implantar controles e permitir o acesso dos públicos respondentes aos questionários de pesquisa, bem como aos resultados individuais, como nos solicitam frequentemente muitos professores. Ainda, tendo em vista o a queda de participação de servidores e alunos nas pesquisas desde 2020, propomos levar a discussão aos setores acadêmicos, campi avançados e, posteriormente, as demais unidades gestoras parceiras da CPA, sobre a possibilidade de considerar a vinculação da participação discente nas pesquisas a um evento acadêmico, não necessariamente às matrículas. relatei brevemente os resultados da consulta feita pela Seai ao grupo das CPAs das Instituições de ensino superior públicas, da qual fazemos parte, indicando que a maioria das CPAs que atenderam à nossa consulta optam por utilizar estratégias de motivação, compreendendo que isso não está de acordo com o que sugere o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), de que a Autoavaliação deve ser “formativa e emancipatória”. Citei o relato do colega da CPA da UFRJ, instituição em que não foi implantada a vinculação devido à proibição da Procuradoria Federal da universidade. Feitas essas considerações a palavra foi aberta, foram ouvidos os presentes e registradas as seguintes sugestões: O Presidente comentou que consultou um colega servidor Casa da Moeda, por ocasião da realização de curso de ética pública na UFPR, e foi informado que para que seja legal a implantação da obrigatoriedade de participação nas pesquisas de autoavaliação, seria necessário

que o estudante estivesse a par desse critério durante o vestibular, pois é no edital do processo seletivo que o estudante toma conhecimento dos direitos adquiridos após cumpridas as etapas do concurso, ou seja, uma vez aprovado lhe é garantido o direito à matrícula, o que não poderá mais ser cerceado (o documento indicado pelo referido servidor será compartilhado futuramente com os colegas da CPA pelo presidente). Dessa forma, a exemplo da UFRJ, seria preciso consultar a Procuradoria Federal na UFPR sobre a legalidade do atrelamento das pesquisas às matrículas ou a outro evento acadêmico. Em seguida foi concedida a palavra a Professora Katya. A professora apresentou brevemente a experiência de Setor de Biológicas, destacando a atuação dos Centros Acadêmicos que aplicam questionários próprios aos cursos, indicando que os resultados apresentam que a participação é motivada pelo desejo de fazer uma crítica específica. É importante criar uma cultura de participação dos estudantes, sendo obviamente um processo de educação, isto é, ensinar a eles o porquê da pesquisa e porque motivos eles precisam participar. A professora citou como exemplo a obrigatoriedade de os chefes de unidades responderem à pesquisa da Progepe sobre o desempenho dos servidores sob sua gerência, cujos objetivos e propósitos foram assimilados aos poucos, levando a finalmente ao entendimento da importância dessa ação, assim deve ser também com a avaliação institucional. Passou-se em seguida a palavra ao técnico Lucas, que brevemente relatou um episódio ocorrido no Sistema de Biblioteca há alguns anos, em que uma estudante perdeu o prazo de matrícula por não ter devolvido um livro no prazo, tendo sido bloqueada no SIE. E, destacou o caos que se instalou, sendo necessário que a estudante buscasse a manifestação dos conselhos superiores. Ocorre que a legislação obrigava ao Sistema de Bibliotecas informar aos departamentos e cursos que estudantes estavam em débito com o SiBi, pois envolvia um bem PR, nesse caso uma obra do acervo. Mas o resultado desse bloqueio foi um grande transtorno para a instituição, pois as matrículas encerravam-se no sábado, a estudante não teve tempo de devolver a obra e perdeu o prazo, vindo a retomar seu direito após análise de uma instância superior. Assim, criar uma vinculação, a título de obrigatoriedade, parece não ser a melhor estratégia, por isso, o servidor sugeriu aprimorar a divulgação das pesquisas, com apoio da Sucom, enfatizando os propósitos e objetivos das pesquisas, para melhorar o entendimento dos estudantes sobre a importância da participação dele nesse processo de autoavaliação. Também comentou sobre a avaliação de servidores técnicos, a qual é destinada a progressão, havendo, portanto, um incentivo para que esse segmento da comunidade participe das pesquisas. Nesse sentido, é importante destacar nas divulgações das pesquisas, quais os benefícios os estudantes terão ao responderem aos questionários. Eu, Salette fiz um breve relato da consulta feita pelo Centro Acadêmico de Engenharia Elétrica feita à Seai em meados de 2023, sobre a possibilidade daquele CA propor uma avaliação específica sobre as disciplinas, ocasião que esclarecemos a eles que não nada de ilegal na pesquisas realizadas pelos CAs, contudo, isso cria ações paralelas que nos atrapalham a ambos, pois o ideal é que trabalhem conosco. Relembrei rapidamente algumas estratégias que já usamos para melhorar a participação ou que nos foram sugeridas por coordenadores e professores, tais como: em 2019 lançamos um dia dedicado à avaliação e envolvemos os setores e cursos pedindo que os professores liberassem um espaço em suas aulas para participação dos estudantes nas pesquisas, os resultados foram muito satisfatórios em alguns cursos em outros nem tanto, pois muitos professores negaram-se a conceder quinze minutos de suas aulas. Além disso, temos insistido junto às direções setoriais que nos permitam participar das recepções de calouros e das semanas acadêmicas. Citei também que há alguns anos a Proplan, por meio da Comissão do FDA, a qual incluiu no rol de documentos a serem para analisados por ocasião do recebimento das propostas de Cursos e Departamentos, os resultados das avaliações externas e/ou internas, sem condicioná-los à aprovação, funcionando como um meio de divulgar a importância desses gestores conhecerem os resultados das avaliações internas. Além disso, já recebemos sugestões para criar algum tipo de benefício para os estudantes, como a emissão de certificados de horas formativas, contudo, sem as ferramentas adequadas, isto infere em quebra o anonimato da pesquisa, portanto não pudemos implantar. O presidente pediu a palavra e sugeriu que o certificado de participação na pesquisa seja emitido pelo sistema, o que irá mitigar a quebra de anonimato, portanto, pedir a Agtic que nos ajude nesse processo. Retomando a palavra destaquei também que temos pedido o feedback de setores e coordenações para que possamos entregar

um plano de melhorias à Reitoria, ao final de cada triênio Avaliativo, contudo, na última consulta as coordenações recebemos retorno de somente 10 cursos, e que esse retorno é essencial para mostrarmos aos estudantes que eles são ouvidos, que suas reclamações ou sugestões estão sendo acolhidas pelas coordenações, mas com esse percentual de respostas dos gestores é muito difícil conseguir alcançar os estudantes. Esse retorno ao estudante é cobrado inclusive nos processos de avaliação externa, como uma estratégia de convencimento do estudante sobre a importância da participação nas pesquisas. A palavra foi dada ao técnico Renato, que destacou a importância de se conceder um tempo durante as aulas para que os estudantes possam responder à pesquisa, exemplificando com a sua própria experiência como aluno da UTFPR. Em seguida ouvimos a professora Lucíola. Ela concordou com a consulta à Procuradoria julgando ser de suma importância dirimir essa dúvida legal, e sugeriu que o período de avaliação de cursos e disciplinas seja inserido no calendário acadêmico, ou seja, é preciso demandarmos ao CEPE inclusão em um próximo calendário, visto que o calendário de 2024 já foi fechado. Sobre a participação na semana dos calouros, a professora julga importante para que esses novos estudantes saibam que há um processo de avaliação, todavia entende ser mais produtivo a participação da CPA nas semanas acadêmicas. Também sugeriu envolver o DCE, além dos Centros Acadêmicos, para que chamem os estudantes para debaterem com a CPA, visto que a participação em colegiados de setor, departamentos e curso, por vezes, pode não alcançar todos os estudantes de todos os cursos de um setor acadêmico. Ressaltou que é importante também encaminhar às direções informações a respeito da ausência de respostas das coordenações ao pedido de análise da CPA, destacando as implicações da falta de atendimento, a exemplo dos possíveis problemas com as avaliações externas, o que compreende a nossa obrigação em atender aos processos e regulação. Igualmente, destacou que é importante requerer à Comissão do FDA que considere solicitar resultados das pesquisas e a efetiva resposta de unidades gestoras sobre esses resultados, bem como discutirmos outras formas que permitam algum tipo de contrapartida para cursos e estudantes. Passou-se a palavra para técnica Aline, que apresentou sua experiência com o Celin, instância que vincula o acesso às notas dos estudantes a participação nas pesquisas promovidas por aquele centro de línguas, sendo uma possibilidade a ser analisada no caso de haver ilegalidade apontada para vinculação às matrículas. Este é o caso da pós-graduação lato sensu, pois ambos usam o Siga para o processo de avaliação e de apresentação de informações acadêmicas, comentei. A Aline também explicou as dificuldades de se criar um condicionamento financeiro, por experiência da unidade em que está lotada na Proec, que já encaminhou medidas nesse sentido sem sucesso, julgando ser necessário analisar que implicações serão enfrentadas institucionalmente. Foi dada a palavra ao professor Fabiano, o qual descreveu brevemente sua experiência de avaliação com profissionais da área em que ele atua, enfatizando que o ser humano responde à motivação de forma mais prática quando há uma contrapartida, sugerindo que analisemos as possibilidades que a instituição nos permitir nesse sentido. Em seguida ouvimos o professor Marcelo. O professor lembrou a importância de sermos autocríticos e de oferecermos instrumentos compactos e objetivos, indicando que seria mais relevante termos um volume menor de dados sob o ponto de vista dos eixos que abordamos em nossas pesquisas, porém alcançando um percentual de participação que nos permita tomar decisões efetivas, sem limitar a qualidade dos dados coletados. Concomitantemente, também sugeriu aprimorar os meios e estratégias de comunicação e divulgação do processo de autoavaliação. Por fim, o professor Marcelo indicou que talvez não seja adequado impedir que uma unidade tenha acesso aos recursos do FDA, pois isso seria cerceamento de um direito, também cabendo consulta à Procuradoria Federal. Sendo mais adequado tomar providências para induzir a participação dos públicos, investindo em ações de motivação da comunidade acadêmica. Ouvimos os presentes propus que organizemos os próximos passos em duas etapas, as quais terão encaminhamentos paralelos, e passei a palavra ao presidente que abriu a votação: 1) Encaminhar consulta à Procuradoria Federal sobre a possibilidade de vinculação das pesquisas a um evento acadêmico, matrícula ou apresentação de notas; 2) Pedir um espaço de discussão junto aos às unidades gestoras, começando pelos setores e campi acadêmicos, para juntos determinarmos quais os melhores procedimentos a serem adotados para melhorar a participação dos estudantes no processo de autoavaliação, bem como esclarecer e pedir apoio permanente

quanto à análise e retorno das coordenações e setores a respeito dos dados coletados pela CPA, acompanhados de ações de melhorias. Não havendo manifestações em contrário ficou acordado que a Seai tomará as providências para agendamento com as referidas unidades gestoras, pedindo a inclusão da participação da CPA nas reuniões colegiadas setoriais, primeiramente, com apoio dos presentes que irão encaminhar uma previsão de agendamento de reuniões no próximo ano, de fevereiro a junho. A Seai também irá encaminhar um processo ao Gabinete da Reitoria, apresentando os resultados desta sessão e documentos legais pertinentes, para que seja feita à consulta Procuradoria Federal na UFPR. Para fins de discussão no colegiados setoriais foram elencadas as seguintes sugestões de melhorias nos processos de autoavaliação, para os quais contaremos com apoio das unidades gestoras acadêmicas e administrativas :**a)** encaminhar ao CEPE um pedido para que o período de Avaliação Discente seja inserido nos calendários acadêmicos; **b)** solicitar à Comissão do FDA apoio, no sentido de que sejam considerados os resultados da autoavaliação para fins de análise de projetos; **c)** solicitar aos setores e campus avançados o apoio para o envolvimento de coordenações na análise dos resultados, inclusive com a apresentação de ações de melhorias; **d)** emitir certificado/comprovante de participação nas pesquisas mantendo o anonimato, o que vai requerer encaminhamento ao CEPE aprovação para que os cursos considerem como horas formativas dos cursos; **e)** solicitar a Sucom que os objetivos das pesquisas sejam detalhados nos materiais publicitários e notícias; **f)** oferecer algum benefício como contrapartida, para coordenadores e alunos, como incentivo à participação nas pesquisas; **g)** aprimorar os instrumentos de pesquisa, deixá-los mais objetivos. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e, eu, Salette Miyake, lavrei a presente ata.



Documento assinado eletronicamente por **SALETE APARECIDA FRANCO MIYAKE, INSTITUCIONAL**, em 13/12/2023, às 13:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA ISAAC, TECNICO DE LABORATORIO AREA**, em 13/12/2023, às 14:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **6276689** e o código CRC **037482C4**.